

DUQUOC, Christian. **A teologia no exílio**. Tradução: Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2006. 101p.

A teologia habita a meia-luz

Antonio Carlos Ribeiro*

A teologia como discurso sobre o sagrado, com base no dado revelado e com apoio científico da exegese, vive o dilema entre agarrar-se às fontes ou dialogar com a modernidade, trocar saberes ou dispensar a fé – que a resgata nos momentos de crise de sentido – defrontando-se com novas indagações ao chegar ao século XXI. Num mundo globalizado, com guerras que indicam o conflito cultural-religioso-ideológico, a instituição eclesial buscando ganhos nos centros de poder temporal e perdendo impacto na seara espiritual. Sem romper com a comunidade de fé e sua expressão cristalizada na tradição, a teologia sofre novas influências, amplia a abrangência do discurso, pendula entre a crispação, a coragem propositiva e o diálogo em diversas frentes. E, apesar dos riscos, rediscute seu papel.

O diagnóstico inicial gera apreensão. “Os teólogos estão sem parceiros: a cultura moderna não tem apreço por sua disciplina. O público a julga difícil; os cientistas consideram sua argumentação inverificável e, portanto, estranha aos procedimentos reconhecidos; os filósofos censuram-lhe seu caráter híbrido... (e) os políticos a acusam de idealismo” (p. 9). O mesmo discurso que não pode romper a dualidade entre saber sensato (*rathio*) sobre o sagrado (*theologica*), buscando compreensão pela fé (*fides quaerens intellectum*), fazendo a defesa intelectual das verdades reveladas – justificando com a razão o ensino bíblico – em favor da testemunha autêntica da fé, a Igreja.

Mas os tempos mudaram, e a teologia se obriga a reelaborar seu estatuto, por várias razões. Os contemporâneos rejeitam verdades apenas racionais,

* Pastor luterano, ex-secretário do Conselho de Igrejas Cristãs do Estado do Rio de Janeiro (Conic-Rio) e doutorando em Teologia (PUC Rio), e-mail: antoniocarlosrib@gmail.com

exigem a base das opiniões teológicas, duvidam da política eclesiástica, obrigam a distanciamentos críticos da instituição, desconfiam da verdade última e duvidam da unificação sintética, prototipizada nas súmulas. Para o Estado laico, ela pertence ao domínio privado das crenças. Não cabe na Universidade, por estar submetida à instituição eclesial. Teólogos só terão credibilidade se ousarem pensar por si próprios: arriscando-se ao lidar com temas contraditórios, acolhendo verdades, argumentando com liberdade e até contradizendo a opinião majoritária, sem trair a Palavra de Deus.

Ao referir-se a *uma conjuntura hostil*, Duquoc fala da disciplina teológica como esteio, da aliança entre razão, política pastoral e doutrina, da influência de Platão e Aristóteles, propiciando a aceitação da unidade entre razão e fé, e dando asas à aventura medieval da teologia tradicional. No entanto, a conjuntura tornou-se hostil à religião: uma cultura indiferente, que assegura liberdade de pensamento sem a obrigação de sustentar o sonho unitário; a oposição entre o conhecimento, a poesia e a simbólica, com as ciências adquirindo autonomia, os saberes emancipando-se da tutela teológica e o mundo que aumentava o controle sobre si mesmo; a hegemonia da técnica, espoliando a teologia do *húmus* que favorecia o uso poético; a política gerencial, que prefere condenar inocentes ao risco de não castigar culpados; a história sem finalidade, resultante dos grandes intercâmbios econômicos; a marginalização do cristianismo, como busca de sentido; o estudo neutro da Escritura, sem autoridade, inspiração ou coerência entre fé e saber; a simpatia com a pluralidade religiosa, minimizando a salvação excludente do anátema de Florença; e o medo das autoridades religiosas, acuadas pela reivindicação de costumes democráticos, vendo o prestígio diminuir e a desatenção crescer, cuja reação autoritária aumenta a distância da população.

As resultantes são *crispação e abertura*. Há teólogos que culpam a modernidade pela indiferença, lamentando o fim da unidade entre teologia e cultura, de um lado, e há quem pense que o cristianismo esteja condenado a ser gueto arcaico de pensamento e sensibilidade, de outro. A crispação mostra ressentimento pela perda de evidência cósmica, histórica e societária da pré-modernidade, transparente nos textos reativos oriundos da administração, marcados pela fidelidade a Aquino, formalizados no Catecismo e que servem de apoio às publicações da Comissão Teológica Internacional.

Esse princípio de continuidade entre razão e fé, que se tornou critério para rejeitar o pensamento moderno como erro, ainda pretende unificar o real numa norma não sujeita às mudanças históricas. A teologia conservadora

não teme parecer exótica, se crê capaz de demover os pensadores modernos e não admite desprezo pela modernidade. Essa volta às origens se deu também através da *nouvelle théologie*, que buscava explorar riquezas bíblicas e patrísticas, livrando-se dos métodos escolásticos antigos, para assegurar um diálogo menos formal com os modernos. Esse trabalho desembocou construtivamente no Concílio Vaticano II. Sua cumplicidade com as ciências históricas o fez ganhar aura de liberdade.

A reviravolta moderna se deu por meio de dois movimentos: a teologia da secularização e as teologias críticas. A primeira propôs uma evolução profana das sociedades e contou com a participação de teólogos como Gogarten, Bonhoeffer, Cox e Altizer, enfatizando que Deus estava socialmente morto nas sociedades ocidentais, sendo o mundo moderno uma consequência da decisão de Deus de retirar-se da história, ao mesmo tempo em que essa morte simbolizava a necessidade de seu desaparecimento para que os humanos assumissem a responsabilidade. A teologia crítica, a segunda, foi liderada por Karl Barth e pelos teólogos protestantes que romperam com a teologia liberal alemã, baseada no humanismo nascido da razão moderna, do qual esperavam um progresso constante. Com a Segunda Guerra Mundial, o avanço da secularização fez surgirem as teologias da cruz – uma ruptura profética no seio da modernidade – e as teologias européias da liberdade, deixando o mundo sem questionamento evangélico, reduzindo o cristianismo a um discurso de consolo e tornando-o uma sabedoria mundana.

As consequências da Cruz de Cristo para a teologia contemporânea foram o mote para uma reflexão que rompe com o mundo, vive a paixão com Jesus sofredor e uma aversão ao pecado, levando a práticas ascéticas. Barth recusou-se a aceitar o dinamismo do mundo como critério de interpretação cristã da liberdade, posição realçada por sua rejeição ao nazismo. A cruz é sinal de proximidade, pela qual Jesus sofredor é companheiro de miséria e consolador na exclusão, e a cruz não é ruptura, mas brecha de aproximação. Já as teologias da liberdade crítica representam o questionamento do mundo pela palavra da cruz, denunciando o movimento opressor na economia e a exclusão promovida pelo desenvolvimento. Os esforços não se baseavam numa articulação popular, por isso não lograram bons resultados.

As *tentativas corajosas* foram as teologias da libertação (TLs), que se concentraram na luta dos pobres nos países em desenvolvimento, e as teologias feministas (TFs), das mulheres, cujo denominador comum era a exploração e o desprezo. Elas assumiram seu grito de revolta contra a injustiça

e a marginalização, apoiando-se na promessa bíblica de libertar homens e mulheres da exploração e da miséria. Na África e na Ásia, essas teologias agravavam o esforço para se emancipar da cultura ocidental. Apoiadas no testemunho histórico de Antonio de Montesinos e Bartolomé de las Casas, as TLs frutificaram na conferência do episcopado latino-americano de Medellín (1968), na de Puebla (1979) e como crítica ao modelo econômico da dependência, após o concílio Vaticano II. Nasceram da vontade de devolver à América Latina o domínio sobre sua história e foram construídas a partir de quatro eixos: a opção pelos pobres, por originar-se nos movimentos sociais e assumir a condição dos humilhados; as comunidades de base, que possibilitam analisar e interagir nas contradições socioeconômicas; a análise social e prática, como relato da libertação de um povo; e a utopia bíblica, que chama a se colocar ao lado dos que sofrem. As TFs surgem na Europa, no fim do século XIX, ressurgem no pós-guerra, mas se desenvolvem na década de 70. Baseiam-se na experiência de alienação sexual das mulheres, por causa da dominação patriarcal e do sexismo que embasa a sociedade ocidental. Nas igrejas, a luta era para libertar o próprio Deus da imagem masculina, e, na sociedade, para empoderar as mulheres, celebrar o corpo silenciado, pedir respeito à criação, reabilitar o rito pela emoção e se juntar às demais lutas da sociedade. Essas teologias foram bem avaliadas na Europa, mas não tiveram os resultados esperados.

Um caminho possível, o último capítulo, atesta que para “responder ao desafio moderno da autonomia das ciências, da cultura, da política, levar em consideração o pluralismo religioso e a divisão das Igrejas exige uma escuta generosa daquilo que se anuncia nestes movimentos” (p. 73). O debate começa sem barreiras prévias, já que nenhuma comunidade tem a verdade absoluta. No entanto, as autoridades romanas têm mostrado dificuldade de entender os teólogos católicos. Para Duquoc, a tensão gera dois riscos para a teologia: emancipar-se da fé comunitária e dar vazão a interpretações relativas e aleatórias. Roma teme que a participação do público na teologia esvazie sua originalidade, revelando que a pretensão dos teólogos, de pensar a totalidade do real ou fazer sua síntese, peca por falta de modéstia. “O Verbo encarnado não desempenha um papel fundador na ordem do conhecimento nem possui em Jesus um poder evidente de síntese” (p. 76).

A prática popular cria oportunidade de escuta teológica, distante da ética de convicções das autoridades e próxima da compreensão humana da fraqueza, da desordem e da percepção alegre do cristianismo. O ecumenismo, uma das grandes formas de experiência eclesial, regula-se pela negociação das questões

que dividem as Igrejas. O teólogo trabalha sua singularidade confessional para que essa não se feche, mas privilegie o núcleo comum às confissões cristãs. O diálogo inter-religioso também não se impõe pela força, nem banaliza a religião do outro, mas a vê como caminho legítimo e de valor espiritual. “Quem sustenta o diálogo não é o Verbo em sua eternidade e o Espírito em sua universalidade, mas o Verbo e o Espírito em sua contingência histórica, de que o Novo Testamento é testemunha” (p. 81).

Obra breve de teólogo culto e independente, o livro parece sintetizar décadas de pesquisa, ensino e atuação teológica, caracterizando-se por raciocínios curtos e precisos, com poucas citações bibliográficas, mas de riqueza teológica e histórica, mostrando o tortuoso caminho pelo qual a teologia tem abandonado aos poucos o movimento entre a sacristia e o altar, substituindo-a pelas publicações – das revistas especializadas aos jornais diários –, pelas palestras, pelas conferências e pelos debates. A tarefa teológica não pode estar cativa das instituições, das tradições e das filosofias, para que possa ter um vínculo livre com a Escritura. Esta não é mais propriedade exclusiva da Igreja, mas um objeto religioso, com traço cultural, que pode ser investigada. Ela é o eco de palavras humanas, e os crentes a ouvem como Palavra de Deus.

O teólogo faz sua a fé da comunidade e lê a Escritura como crente, atuando no espaço aberto entre a instituição e a Escritura, promovendo o intercâmbio desta com a cultura. Dual, na América Latina a produção teológica aprendeu que a dúvida impregna a fé e é seu melhor aliado na busca de Deus, por isso tem chegado a ambientes novos, sem rupturas nem pressões da comunidade de fé, razão pela qual se pode dizer que, seguindo os caminhos da Escritura, a teologia habita a meia-luz.